ESTADO DE MINAS

Publicado em 13/04/2024 - 05:55

Zema pede 6 meses para começar a pagar dívida

DÍVIDA DE MINAS

PEDRO GONTIJO/PRESIDÊNCIA DO SENADO – 29/11/23

ROMEU ZEMA REUNIDO COM RODRIGO PACHECO E ALEXANDRE SILVEIRA EM NOVEMBRO DE 2023: NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA MINEIRA SEGUE COMO PRIORIDADE DO ESTADO

ZEMA PEDE MAIS 6 MESES AO STF PARA INICIAR PAGAMENTO

Às vésperas do fim do prazo – 20 de abril – da liminar que suspendeu quitação do débito de R$ 160 bilhões com a União, governador busca nova protelação

BERNARDO ESTILLAC

O governo de Minas Gerais protocolou ontem o pedido de prorrogação da medida do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspende o pagamento da dívida bilionária do estado com a União por mais seis meses. Por meio da Advocacia-Geral do Estado (AGE), a administração de Romeu Zema (Novo) acionou a corte solicitando mais tempo para que um projeto de renegociação dos débitos de cerca de R$ 160 bilhões seja costurada junto ao Ministério da Fazenda.

Em 2018, ainda na gestão de Fernando Pimentel (PT), o governo estadual conseguiu junto ao Supremo o direito de suspender o pagamento das parcelas da dívida de Minas com a União. O prazo de validade da medida tinha validade até 20 de dezembro do ano passado, mas Romeu Zema conseguiu a prorrogação por quatro meses diante da justificativa de que uma negociação dos débitos estava sendo estudada com a mediação do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) junto ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), e ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A nova prorrogação vence em 20 de abril, motivo pelo qual o estado tenta outro adiamento até outubro. Na última quinta-feira, o vice-governador Mateus Simões (Novo) se reuniu com Rodrigo Pacheco para debater alternativas de sanar o débito mineiro. Após o encontro em que o senador apresentou a proposta de que estados realizem investimentos em infraestrutura como contrapartida da dívida, Simões anunciou que a extensão do prazo para pagamento seria solicitada ao STF. Atualmente, as contas mineiras estão com saldo negativo de aproximadamente R$ 160 bilhões só em compromissos com a União.

"Reforçamos que as propostas iniciais e o programa apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no âmbito da renegociação das dívidas dos estados com a União permitem aos atores envolvidos avançarem nas discussões, mas ainda necessitam de estudos e avaliações para, somente então, serem levados à apreciação legislativa", informou, em nota, o governo de Minas Gerais.

"Este processo, certamente, demanda prazo maior do que o estabelecido inicialmente pelo Supremo. O governo confia na análise do STF para que estado e União encontrem o melhor caminho para a solução definitiva do tema, que também afeta outros estados do país", disse também o Executivo estadual.

O pedido do governo estadual já chegou ao STF e foi enviado ao relator da primeira petição de prolongamento do prazo, o ministro Kassio Nunes Marques. Até o fechamento desta reportagem, o magistrado não havia emitido nenhum parecer sobre a requisição.

LINHA DO TEMPO

2018

✔ O governador Fernando Pimentel (PT) consegue liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o pagamento da dívida de Minas com a União

20 DE DEZEMBRO DE 2023

✔ Fim do prazo da liminar. O ministro Kassio Nunes Marques, do STF, atende ao pedido de Zema e da Assembleia Legislativa e prorroga o efeito da medida até 20 de abril

12 DE ABRIL DE 2024

✔ Romeu Zema pede nova prorrogação do prazo por mais seis meses ao STF

PROPOSTAS NA MESA

Desde que assumiu o primeiro mandato, em 2019, Romeu Zema tratou a questão da dívida mineira como um legado maldito dos governos anteriores e apresentou a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) como medida única para a solução do débito bilionário. O mecanismo aprovado no governo de Michel Temer (MDB) apresenta uma série de requisitos para que estados endividados com a União tentem se adequar a uma realidade financeira que possibilite facilidades para o pagamento dos valores devidos.

A adesão ao RRF nunca avançou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais durante o primeiro mandato de Zema. Em 2023, a tramitação do projeto do Executivo começou e encontrou resistência mesmo entre governistas. Com uma série de medidas de austeridade, o plano incluía pontos como a redução em investimentos estaduais; reajuste salarial dos servidores limitados a duas parcelas de 3% durante os nove anos de vigência do regime; e, essencialmente, que a dívida em si não seria paga durante o período, com o saldo devedor podendo chegar a R$ 210 bilhões em 2032, segundo a Secretaria de Estado da Fazenda.

Diante do impasse, parlamentares da oposição sugeriram hipóteses de renegociação da dívida diretamente com o governo federal. No fim do ano passado, Rodrigo Pacheco tomou a frente das tratativas e apresentou um projeto para pagamento dos débitos que incluía a federalização de estatais como Copasa, Cemig e Codemig; uso dos acordos das tragédias de Mariana e Brumadinho para amortizar o valor; e criação de um sistema de refinanciamento das contas dos estados similar ao Refis (programa federal de recuperação fiscal). Haddad pediu três meses para reunir as sugestões e apresentar uma proposta.

O STF concordou em ampliar o efeito da liminar que suspende o pagamento por mais 120 dias. No mês passado, Haddad apresentou a ideia da Fazenda para as dívidas dos estados. O projeto "Juros pela Educação" associa a redução dos juros cobrados sobre os débitos ao investimento dos valores economizados no aumento de matrículas no ensino médio técnico até o fim da década. Pacheco e Zema elogiaram a iniciativa, mas a consideraram insuficiente para resolver a situação de entes da federação encalacrados, como Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.